



SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora **FÁTIMA BEZERRA**

PARECER Nº , DE 2016

Da COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 213, de 2015 (Projeto de Lei nº 2.381, de 2015, na origem), do Deputado Luiz Carlos Busato, que *Institui a data de 15 de dezembro como o Dia Nacional do Arquiteto e do Urbanista.*

RELATORA: Senadora **FÁTIMA BEZERRA**

I - RELATÓRIO

Vem à Comissão de Educação, Cultura e Esporte o Projeto de Lei da Câmara nº 213, de 2015 (Projeto de Lei nº 2.381, de 2015, na origem), de autoria do Deputado Luiz Carlos Busato, que institui a data de 15 de dezembro como o Dia Nacional do Arquiteto e do Urbanista.

Em sua justificação, o autor da matéria alega que a iniciativa é justa e oportuna, visto que homenageia o arquiteto e urbanista Oscar Ribeiro de Almeida de Niemeyer Soares, na sua data natalícia, e também pela fundação do Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) que tem como missão “Orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão de arquitetura e urbanismo, zelar pela fiel observância dos princípios de ética



e disciplina da classe em todo o território nacional, bem como pugnar pelo aperfeiçoamento do exercício da Arquitetura e Urbanismo”.

Na Câmara dos Deputados, foi realizada audiência pública previamente à apresentação do Projeto de Lei nº. 2.381, de 2015, tendo este sido apreciado e aprovado pela Comissão de Cultura (CCULT) e pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).

No Senado Federal, o PLC nº 213, de 2015, foi distribuído para apreciação exclusiva da CE. Após a análise desta Comissão, a matéria segue para a decisão do Plenário.

Não foram apresentadas emendas à proposição.

II - ANÁLISE

Nos termos do art. 102, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CE apreciar matérias que versem sobre datas comemorativas, caso do projeto de lei em análise.

Relativamente ao mérito e a relevância da data, ressalte-se o parecer exarado pela Comissão de Cultura da Câmara dos Deputados que diz: “Não nos restam dúvidas que a oficialização de data comemorativa em homenagem aos profissionais da arquitetura e urbanismo é matéria meritória, oportuna e alinhada com a garantia constitucional do desenvolvimento nacional. Como bem argumentado no bojo da audiência pública da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público, pelo nobre arquiteto e Deputado Federal Roney Nemer, a data de 15 de dezembro destina-se a colocar a Arquitetura pública a serviço da sociedade, para que todos tenham uma casa de qualidade”. Conclui ainda o voto da relatora: Entendemos, assim, que a instituição de data anual para comemorar o Dia Nacional do Arquiteto e Urbanista tem, portanto, duplo valor: o de homenagear um grupo profissional que equilibra a sensibilidade da arte com a ciência e técnica, bem como o de resgatar o poder de planejamento das cidades brasileiras e do próprio Estado.



SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora **FÁTIMA BEZERRA**

Cabe considerar que, atualmente, encontram-se registrados no Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR) a quantia expressiva de mais de 130.000 (cento e trinta mil) profissionais arquitetos e urbanistas, empenhados na construção de edificações e espaços seguros, sustentáveis e ergonômicos, com foco em seus usuários.

Ante o exposto, é sem dúvida pertinente, justa e meritória a proposição que visa instituir a data de 15 de dezembro como o Dia Nacional do Arquiteto e Urbanista.

Tendo em vista o caráter exclusivo da distribuição à CE, cabe igualmente a esta Comissão apreciar a constitucionalidade, a juridicidade e a regimentalidade da proposição.

Em relação à constitucionalidade, a proposição trata de matéria afeta à cultura, portanto, a competência legislativa é concorrentemente da União, nos termos do inciso IX, do artigo 24 da Constituição Federal (CF).

Por conseguinte, a iniciativa deste Congresso Nacional é legítima, uma vez que não se trata de tema cuja iniciativa seja reservada a outro Poder, consoante o disposto no artigo 61 da CF, devendo, na sequência, ser a proposta encaminhada ao Presidente da República para a sanção (CF, art. 48).

Quanto à juridicidade, é averiguado o preenchimento dos requisitos formais de juridicidade dispostos na Lei nº 12.345, de 9 de dezembro de 2010, para a instituição de datas comemorativas que vigorem no território nacional, não havendo reparos adicionais a serem feitos. Neste sentido, foi observado o rito legal do diploma mencionado, visto que foi realizada audiência pública sobre a matéria, no âmbito da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público, da Câmara dos Deputados, no dia 9 de julho de 2015, no auditório Nereu Ramos, tendo participado da mesma diversas entidades do setor.

Também é verificada a disciplina da proposição com o ordenamento jurídico e com os princípios gerais de Direito.



SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora **FÁTIMA BEZERRA**

Quanto à técnica legislativa, encontra-se o projeto alinhado com a Lei Complementar nº 95/98, alterada pela Lei Complementar nº 107/01, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos.

No que tange aos demais aspectos, também não há reparos a fazer ao PLC nº 213, de 2015.

III – VOTO

Diante do exposto, o voto é pela **aprovação** do Projeto de Lei da Câmara nº 213, de 2015.

Sala da Comissão, 1º de novembro de 2016

Senador ROMÁRIO, Presidente

Senadora FÁTIMA BEZERRA, Relatora